



1
2
3
4
5

6 **ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO,**
7 **ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CAD, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO**
8 **PARANÁ – UNESPAR.** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2015, às 10h00
9 (dez) horas, reuniram-se os membros do Conselho de Planejamento, Administração e
10 Finanças - CAD, no Auditório do *Campus* de Curitiba II-FAP, conforme lista de
11 presenças em anexo, para deliberar sobre a seguinte pauta, prevista na convocação de
12 16 (dezesesseis) de março de 2015: **Item 1.** Aprovação da Ata da 4ª Sessão do CAD de
13 2014. **Item 2.** Ajuste Orçamento Reitoria 2015 – Fonte 250. **Item 3.** Calendário
14 Planejamento/Orçamento 2016. **Item 4.** Deliberação/aprovação do Regulamento de
15 Diárias. **Item 5.** Apreciação da Resolução que trata de convênios firmados com
16 fundações e institutos. Houveram mais dois itens enviados, após a convocação, como
17 pedido de inclusão de pauta que são: **Item 6.** Aprovação dos convênios com a
18 Fundação Araucária e **Item 7.** Concursos Públicos. Lida a pauta, o presidente do
19 conselho colocou-a em discussão. Em votação, a pauta foi APROVADA por
20 UNANIMIDADE. Em seguida, o presidente do conselho passou ao Expediente, dando
21 abertura da palavra aos conselheiros. O Conselheiro Aguinaldo Timóteo solicitou a
22 palavra para relatar sobre a importância do movimento paredista, sobre o papel da
23 Unespar e outras instituições de ensino superior do Paraná na luta pela autonomia.
24 Parabenizou o reitor quanto ao seu posicionamento em relação ao movimento. Relatou
25 também sobre a recepção aos alunos e preocupação com déficit no atual quadro de
26 professores e que acredita na importância da paralisação para o crescimento da
27 Unespar. A conselheira Stela Maris da Silva, ao usar a palavra, falou sobre o retorno às
28 atividades de ensino conforme assembleia e direcionamentos da PROGRAD. Relatou
29 também sobre a situação da empresa terceirizada que fornece os técnicos para as
30 aulas do curso de Cinema. O pagamento está atrasado, porém vislumbra uma tentativa
31 de acordo com proprietário da empresa. Quanto ao movimento paredista relata que há
32 um indicativo de greve por parte dos estudantes e que os coordenadores dos cursos
33 estão apoiando este movimento. Informa também que ainda não houve o início do ano
34 letivo e que os estudantes não buscam esclarecer as dúvidas e nem maiores
35 informações, o que acaba gerando distorção de alguns assuntos. Pessoalmente, a
36 conselheira acredita que a paralisação por parte dos alunos seja “legítima”, porém não
37 “legal”. Finaliza afirmando que a situação atual de retorno às aulas no *campus* de

38 Curitiba II-FAP é indefinida. O pró-reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento,
39 professor Sydnei Kempa, em relato sobre as atividades da PROGESP, informou que:
40 está efetuando um levantamento de todos os *campi* quanto à necessidade de
41 contratação, que dois testes seletivos já foram realizados e o trâmite atual dos
42 mesmos. Quanto ao *campus* de Paranaguá, do qual é vice-diretor, informou que a obra
43 no *campus* foi dividida em duas etapas e que a primeira etapa não foi paga. Diante
44 disso, a segunda etapa ainda não foi iniciada. Em assembleia do Conselho do *Campus*
45 houve uma predisposição de professores e agentes em não iniciar as aulas até a
46 conclusão das obras, algo em torno de 60 (sessenta) ou 70 (setenta) dias. Informou
47 também que, sobre este assunto, tem uma reunião agendada para amanhã, dia 24 de
48 março de 2015, com o Secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos Gomes e que a
49 Secretaria de Fazenda não se posiciona sobre o assunto, sem previsão para
50 pagamento das obras. Acredita que o Calendário Acadêmico já está comprometido. O
51 Conselheiro Narciso Rastelli relata que: necessidade de nomeação de 5 (cinco)
52 agentes concursados; que ainda não houve nenhum repasse de custeio; que a
53 empresa de serviços terceirizados e as obras no *campus* estão paralisados e que o
54 retorno às atividades está previsto para o dia 23 de março. Em seguida, o reitor
55 informou aos presentes e solicitou registro em ata sobre o recebimento da revista do
56 Sindunespar, onde consta um artigo sobre o “nascimento da Unespar”. Ressaltou,
57 também, a importância do documento que foi emitido na última sessão do CAD sobre o
58 movimento paredista e agradeceu ao conselheiro Aguinaldo e aos assessores sobre a
59 condução do processo. Em seguida, passou-se à deliberação dos itens previstos em
60 pauta. **Item 1. Aprovação da Ata da 4ª Sessão do CAD de 2014.** A conselheira Stela
61 Maris solicitou a inclusão de justificativa do Pró-reitor de Gestão de Pessoas, Sydnei
62 Kempa, na linha 38 que corrige o termo “Doutorado” para “Mestrado” como titulação
63 mínima para realização de concurso, no caso específico protocolado no processo nº
64 12.005.851-7, do curso de Contabilidade do *campus* de Apucarana. Em votação, a ata
65 da 4ª sessão do CAD de 2014 foi aprovada por unanimidade. **Item 3. Calendário**
66 **Planejamento/Orçamento 2016.** Apresentação feita pela pró-reitora Mônica do
67 Calendário de Avaliação Institucional e Calendário de Planejamento. Em discussão, o
68 conselheiro Éder Stela questionou sobre o número de pessoas que estão trabalhando
69 na avaliação institucional. A Pró-reitora Mônica esclareceu que hoje a equipe conta com
70 a Coordenadora da Avaliação Institucional, Lúcia Lozano e um representante de cada
71 *campus*. Atualmente há a necessidade de uma pessoa para trabalhar com a estatística
72 dos relatórios. Relatou também que a previsão para um relatório geral é início de 2016.
73 O pró-reitor Rogério Ribeiro informou que o prazo para elaboração do Planejamento
74 precificado é 29/06 até 30/10/2015. A pró-reitora Mônica informou que no 1º semestre
75 será definido o planejamento operacional e no 2º semestre, mais especificamente nos
76 meses de agosto/setembro e outubro, serão elaborados os planejamentos dos
77 colegiados. Para finalizar a pró-reitora informou que a partir do dia 30 de março ela e a
78 Coordenadora de Avaliação Institucional estarão realizando visitas nos *campi*. Em

79 votação, os Calendários de Planejamento e Orçamento 2016 foram APROVADOS por
80 UNANIMIDADE. **Item 4. Minuta de Diárias.** Apresentação da minuta foi feita pelo pró-
81 reitor Rogério Ribeiro tendo por base o regulamento de diárias já existente (decreto
82 estadual). A conselheira Stela Maris questionou se a Minuta aplica-se a todos os
83 servidores. O reitor manifestou-se sobre a necessidade de elaboração e discussão da
84 minuta, levando-se em consideração a decisão do COU que deu origem ao documento
85 sobre a gestão descentralizada. O pró-reitor Rogério Ribeiro esclareceu que o
86 pagamento das diárias estão sujeitos ao orçamento das pró-reitorias. A proposta
87 apresenta um limite de 02 (duas) diárias por semana, além da utilização da frota ou
88 aquisição de passagens para deslocamento. Pró-reitor Sydnei pediu esclarecimento
89 sobre a movimentação do pessoal que deslocam-se dos *campi* para o escritório da
90 reitoria em Curitiba. O reitor esclareceu que neste caso aplica-se o decreto estadual
91 hoje em vigência. A conselheira Stela Maris questionou se a verba para pagamento
92 dessas diárias sairão do orçamento da reitoria e se será aplicada para todos os
93 deslocamentos, ao que foi respondido que sim, a verba será do orçamento da reitoria e
94 que as diárias são pagas somente aos servidores que atuam na reitoria e escritório da
95 reitoria. O vice-reitor, professor Varela, apresentou proposta de emenda ao artigo 1º
96 que acrescenta os termos “na reitoria”, após o termo “atribuições”, sendo APROVADA
97 por MAIORIA com uma abstenção. A conselheira Danyelle Stringari apresentou
98 proposta de emenda ao parágrafo único do artigo 1º, para que seja subdividido em dois
99 parágrafos e conste a definição de “sede” em um deles, com a seguinte descrição: “Art.
100 1º (.....) § 1º. Entende-se por sede, para efeito desta Resolução, a cidade ou localidade
101 onde o servidor exercer suas atividades.”, sendo APROVADA por UNANIMIDADE. A
102 pró-reitora Mônica apresentou proposta de emenda ao artigo 2º para inclusão da frase
103 “da respectiva sede de seu município”, passando a ter o seguinte teor: “Art. 2º - Caberá
104 ao Reitor ou Vice-Reitor, bem como aos titulares das Pró-Reitorias, autorizar o
105 deslocamento de servidor da respectiva sede de seu município de exercício,
106 ressalvado ao Reitor em autorizar a aplicação dos recursos financeiros para dar aporte
107 às despesas.”, sendo APROVADA por UNANIMIDADE. O conselheiro Emanuel sugeriu
108 que o tema sobre a importância da sede da reitoria seja colocado em discussão
109 perante os demais conselhos da universidade. Relatou também que existe uma
110 intenção dos diretórios acadêmicos dos *campi* em criar um movimento estudantil
111 itinerante. A conselheira Stela sugeriu a inclusão do termo “multirregional” nas
112 descrições sobre a Unespar. Colocada em votação, a Minuta que regulamenta a taxa
113 de diárias aos servidores da reitoria foi APROVADA por UNANIMIDADE. **Item 5.**
114 **Apreciação da Resolução que trata de convênios firmados com fundações e**
115 **institutos.** Em discussão, o pró-reitor Sydnei Kempa afirmou que deliberar sobre esta
116 resolução é aceitar que haverá a pós-graduação paga na Unespar. Ele ressaltou a
117 insegurança em debater esta matéria diante da situação atual da universidade e que a
118 lógica seria debater a demanda social de cada região e os cursos que poderiam ser
119 ofertados, e ainda, que a questão é delicada e requer uma maior discussão na base.

120 Seu posicionamento é de oferecer cursos gratuitos, caso contrário, entende que seja
121 melhor não ofertar nenhum curso. Pede que a decisão não seja tomada hoje, para que
122 não seja preciso modificá-la em breve. A conselheira Stela Maris manifestou-se de
123 acordo com a fala do Pró-reitor Sydnei Kempa quanto à necessidade de levantamento
124 da demanda social. A conselheira Maria José Justino ressaltou que, inicialmente,
125 concorda com a não votação da minuta hoje, porém acredita que os cursos de pós-
126 graduação pagos acabam custeando o próprio curso, e ainda, que existem pontos e
127 questões a ser discutidos em cada *campus*. Finalizou afirmando que não dá para limitar
128 a possibilidade da criação dos cursos pagos. A pró-reitora Mônica Herek manifestou-se
129 a favor da não deliberação da Minuta neste momento, afirmando a questão estatutária
130 de que quem deve manter a instituição é o governo. Afirmou também que os aspectos
131 que constam hoje na Minuta da Resolução não contemplam todos os aspectos que
132 devem ser discutidos, além dos aspectos pedagógicos. A conselheira Danyelle Stringari
133 também manifestou-se contrária a votação da minuta na data de hoje, afirmando que
134 existem atualmente na Unespar cursos pagos em andamento. Apresentou
135 questionamento sobre a carga horária dos professores e manifestou-se a favor de uma
136 “uniformização” aplicada a todos os docentes. O conselheiro Éder ressaltou que a
137 comunidade cobra a existência dos cursos na universidade, que entende a
138 necessidade do debate aprofundado, mas acredita que este seja urgente. O
139 conselheiro Valderlei Sanches afirmou que o *campus* obedeceu a decisão anterior do
140 CAD que suspendeu a criação de novos cursos pagos, que há cobrança da
141 comunidade sobre os cursos de pós-graduação e que a pós-graduação gratuita onera a
142 universidade. O conselheiro Elias Souza Junior sugere que seja feito um convite aos
143 presidentes das fundações e institutos para uma apresentação da realidade e objetivo
144 dessas instituições. Manifestou-se favorável à discussão da minuta hoje e informa que
145 apenas os cursos pagos que já estavam em funcionamento assim permaneceram, pois
146 existe um compromisso assumido com a comunidade. O conselheiro Narciso Rastelli
147 acredita que não há condições para votação da minuta hoje e apresenta um
148 questionamento sobre a autoridade do Diretor Geral de *Campus* nos atuais termos da
149 minuta de resolução. A conselheira Maria José Justino sugere abertura de discussão
150 quanto aos professores que recebem TIDE e ministram aulas em cursos fora da
151 instituição. Entende necessária a criação de uma regulamentação específica. O
152 conselheiro Antônio Varela Neto manifestou-se acerca da cobrança da comunidade
153 quanto aos cursos de pós-graduação na universidade. Ele concorda com problemas
154 ocorridos com fundações e institutos, porém há a necessidade da discussão. Propõe,
155 ainda, que os percentuais administrativos constem na resolução. O pró-reitor Sydnei
156 Kempa manifestou concordância com a discussão sobre o tema se esta for feita com a
157 base. O conselheiro Mauro Stival sugere que o CAD emita um documento com uma
158 proposta concreta para discussão do tema. O pró-reitor Rogério Ribeiro reiterou que os
159 cursos de pós graduação pagos que continuaram em funcionamento eram os que já
160 haviam sido abertos antes da decisão da suspensão dos novos cursos. Colocada em

161 votação a admissão da matéria, que foi aprovada com 10 (dez) votos a favor e 4
162 (quatro) contra. O reitor questionou os diretores sobre a abertura de novas turmas de
163 pós-graduação em convênio com institutos, fundações ou associações, havendo
164 resposta negativa de todos os diretores. O reitor alertou aos presentes que o pró-reitor
165 de Pesquisa e Pós-graduação não assinará certificados oriundos dos cursos
166 remunerados que foram abertos após a emissão do ato que suspendeu a criação de
167 novas turmas. A conselheira Stela Maris pediu registro em ata da justificativa do voto,
168 nos seguintes termos: *“Quanto a votação relativa a Minuta de Resolução que
169 regulamenta a 'Taxa de retribuição sobre chancela de curso de especialização e dá
170 outras providências'. Justificativa: Considerando a minuta de resolução acima citada;
171 considerando que ao se votar pela regulamentação, ainda que se leve em conta a
172 prática em alguns campi, e a urgência da regulamentação do valor da chancela,
173 estaríamos assumindo uma concepção de 'lato sensu', ou seja, que ela possa ser
174 ofertada por Fundações ou Institutos, o que até então não foi discutido com a
175 comunidade acadêmica, analisado e regulamentado pela Pró-reitoria de Pesquisa e
176 Pós-graduação.”* O pró-reitor Sydnei Kempa sugere que o tema seja amplamente
177 discutido nos próximos meses. Em votação, a Minuta de Resolução foi **APROVADA** por
178 **MAIORIA**, com uma abstenção. **Item 6. Aprovação dos convênios com a Fundação**
179 **Araucária**. Conforme já decidido em reunião anterior, o CAD votará os convênios, já
180 apreciados pelos conselheiros, em um só bloco. Em votação, os convênios foram
181 **APROVADOS** por **UNANIMIDADE**. **Item 7. Concursos Públicos**. Pró-reitor Sydnei
182 Kempa fez a apresentação da solicitação do *campus* de Curitiba II para exigência de
183 titulação de Mestre para concurso público, recomendando a aprovação. Em discussão,
184 a conselheira Stela Maris afirmou que há a necessidade de ponderação, pois se
185 acatado, o tema pode gerar precedentes. Afirmou também que não teve oportunidade
186 de discutir o assunto com os coordenadores do curso e apresentou a proposta de
187 colocar o mestrado como uma 2ª (segunda) opção, após o Doutorado. O pró-reitor
188 Sydnei Kempa retirou a proposta de análise do documento para deliberação na
189 próxima sessão do CAD. Nada mais a ser discutido, o Presidente do Conselho
190 encerrou a sessão às 17:45 (dezessete horas e quarenta e cinco minutos) e, não
191 havendo mais nada a registrar, eu, Luciane Jost Lemos do Prado, Assessora da
192 Reitoria e Conselhos Superiores, lavro a seguinte ata que vai assinada por mim, pelo
193 Presidente do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças, professor Antonio
194 Carlos Aleixo, e segue acompanhada da lista de presença dos conselheiros.

195

196